

Propostas no Congresso constituinte

*Aue pagaf.*

# Trevisan defende privatização de estatais em três anos

## Sistema Financeiro

Banco de Dados



Eduardo Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de SP



Luiz Veiga, presidente da Comissão de Valores Mobiliários

O ex-titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais —Sest—, Antoninho Marmo Trevisan, defendeu ontem perante a sub-comissão de Princípios da Ordem Econômica, que sejam privatizadas todas as empresas estatais num prazo de três anos e as que por conveniência forem permanecer no âmbito do Estado devem ter seu capital aberto com suas ações negociadas em Bolsa. Segundo Trevisan, das 181 empresas estatais do setor produtivo, setenta poderiam ser imediatamente privatizadas.

Trevisan iniciou sua conferência aos constituintes com a frase: "uma

rosa é uma rosa e uma empresa é uma empresa" e, portanto, tem que dar lucro. As empresas não podem ser utilizadas para atender a uma política clientelista, assim como seus preços e tarifas não podem ser fixados para favorecer setores, embutir subsídios e nem fazer parte da política econômica do governo.

"Se o Congresso decidir que isso deve ocorrer, então é melhor transformar as empresas em departamentos e secretarias", afirmou. Ele citou o exemplo da Siderbrás, que, devido à fixação dos preços de seus produtos abaixo dos praticados no mercado e ao seu alto endividamento, forçou o governo a absorver US\$ 12 bilhões das suas dívidas.

O ex-titular da Sest deixou uma relação de propostas aos constituintes: limitação do endividamento das empresas em no máximo 58% de seu ativo total; limitação da remuneração de seus funcionários a salários, eliminando outros benefícios extras; avaliação técnica de produtividade como instrumento de avaliação do desempenho e competência da diretoria; restrição dos preenchimentos de cargos por indicação política ao conselho de administração; realização de auditorias externas obrigatórias, privadas e independentes nestas empresas e fiscalização da sociedade —através do Congresso Nacional—, por exemplo pelo menos uma vez por ano.

## Rocha Azevedo quer CVM em Brasília

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, 38, defendeu ontem, perante a sub-comissão do Mercado Financeiro do Congresso constituinte, que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seja transferida para Brasília para que passe a influir diretamente na "política global do mercado de capitais enquanto instrumento de política econômica do governo", afirmou Azevedo.

Presente ao debate, o presidente da CVM, Luiz Octávio da Motta Veiga, 36, também manifestou-se favorável à proposta de Azevedo e avançou sua proposta complementar à do presidente da Bolsa de São Paulo. De acordo com Motta Veiga, a nova

Constituição deve modificar o item 3 do artigo 81 onde está previsto que cabe ao presidente da República a regulamentação sobre os setores e atividades econômicas, o que ocorre através dos decretos.

Segundo essa proposta, caberia às autarquias e comissões federais (como Banco Central, CVM etc) a competência para regulamentar suas atividades setoriais. A proposta de Azevedo, de forma complementar a esta, pretende que "toda política relacionada com o mercado de ações deve ser atribuição exclusiva da CMV". Para dar legitimidade à comissão ele propõe que o seu colegiado passe a ser composto, além do presidente e dois diretores executivos, designados pelo Ministério da Fazenda, mais quatro representan-

tes: o presidente do Banco Central, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — Participações (BNDESPAR), o secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o secretário-geral do ministério da Fazenda.

Esse colegiado, segundo o presidente da CVM, teria seu mandato definido em lei e os seus membros, indicados pelo presidente da República, seriam referendados pelo Senado Federal. "A CVM perderia o caráter de sua independência", admitiu Motta Veiga. Ele informou ainda que ainda neste semestre a CMV vai montar, em São Paulo, uma equipe de catorze fiscais para acompanhar o funcionamento do mercado e das empresas".

## Direito do Trabalho

### Subcomissão ainda mostra divergências

Da Sucursal de Brasília

Apesar do contrário do direito de greve, estabilidade no emprego e jornada de quarenta horas semanais, que já obtêm o amplo consenso entre seus 22 membros, o modelo de organização sindical que deverá vigorar no país a partir da nova Constituição divide a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Pública. Unidos em torno do princípio da autonomia e liberdade dos sindicatos com seu desatrelamento do Estado, os constituintes divergem, porém, quanto às duas questões fundamentais: imposto sindical e unidade x pluralismo.

As divergências começam pelo imposto sindical. O deputado Edmilson Valentin (PC do B-RJ) defende a manutenção da contribuição compulsória, desde que seu recolhimento seja revertido integralmente às entidades sindicais, eliminando-se a parte relativa ao Ministério do Trabalho, para acabar "com o atrelamento do sindicato ao Estado". O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) não fecha posição a favor da manutenção do imposto, mas diz que ela ainda é necessária para o sustento de sindicatos pequenos e frágeis. O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) é radicalmente contra, assim como Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da

Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) reivindicaram ontem que a nova Constituição garanta alguns direitos básicos ao trabalhador: jornada de quarenta horas semanais, estabilidade no emprego, direito de greve, salário mínimo real, reajuste mensal de salários, proibição de locação de mão-de-obra, aperfeiçoamento do seguro-desemprego. Em audiência à Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Públicos, as centrais deixaram claro, porém, que não há consenso em torno de uma estrutura sindical para o país.

## Tributos

### Fim da isenção de IR é consenso

Da Sucursal de Brasília

A nova Constituição deverá acabar com os privilégios do Imposto de Renda para parlamentares, juizes e magistrados, que pagam imposto apenas sobre uma parte de seus salários compostos. A proposta de extinguir este tipo de imunidade fiscal obteve consenso absoluto dos integrantes da subcomissão de Tributos do Congresso constituinte. Terminada a fase de audiências públicas, a subcomissão fez ontem de manhã uma reunião ordinária para discutir os principais temas do capítulo tributário da nova Constituição. O próximo passo será a entrega do relatório e do anteprojeto, pelo relator da subcomissão, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), na segunda-feira.

A tendência da subcomissão, pelas discussões de ontem, será manter o princípio da anterioridade (novos impostos e aumentos de alíquotas só podem vigorar no exercício seguinte), podendo ser acatada a sugestão da comissão de reforma tributária da Sepplan, de acrescentar 90 dias a este prazo. Deve ser aprovada a proibição à União de isentar a cobrança de impostos estaduais e municipais.

Contribuições sociais devem passar a obedecer os princípios da anterioridade e da legalidade, ou seja, não mais poderão ser criados por decreto-lei, apenas por lei do Congresso. A União também deverá perder a faculdade de criar empréstimos compulsórios por decreto-lei, salvo em casos de calamidade.

**Protecionismo** - O Comitê de Finanças do Senado dos Estados Unidos aprovou ontem, por dezesseis votos a um, uma lei comercial estipulando que o presidente norte-americano, Ronald Reagan, deverá adotar medidas retaliatórias contra parceiros comerciais que se utilizem de práticas consideradas desleais. O projeto será incluído em uma lei comercial mais geral que está sendo elaborada por outros nove comitês do Senado, antes de ser enviado para a apreciação de todos os senadores no próximo inverno.

**Dívida do Acre** - A dívida interna do Estado do Acre no atual governo —Cz\$ 48 milhões— e mais Cz\$ 120 milhões da Prefeitura, que não está sendo paga desde a posse do governador Flaviano Melo, está provocando uma crise no comércio local. O presidente da Associação Comercial, George Pinheiro, 35, disse que os comerciantes estão pagando juros altos, não dispõem de caixa e somente não se tornaram inadimplentes por execuções bancárias devido a acordo feito com as gerências de bancos.

**Sindicalistas processados** - A Philips do Brasil abriu um processo no Tribunal Regional do Trabalho, no dia 17 de dezembro último, que o remeteu à Polícia Federal, contra toda a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (Grande São Paulo). A empresa acusa os sindicalistas de ameaçarem de destruição suas instalações durante a greve de dezembro, entre outros. O presidente do sindicato, Miguel Rupp, 36, que vai depor no próximo dia 12, antecipou sua defesa em entrevista coletiva, ontem, afirmando que a empresa "mente", com o objetivo de "segurar o avanço do movimento sindical".

**Safra de cacau** - Metade da safra baiana de cacau está comprometida, conforme informação da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), órgão vinculado ao ministério da Agricultura. Segundo o secretário geral da Ceplac, João Carlos Monteiro de Carvalho, essa perda se refere à safra que começa agora e que representa 90% da produção global deste ano, estimada em cerca de quatrocentos mil toneladas.

### CONFIRA COMO FICAM SUAS CONTAS

	<b>Salário mínimo, MVR e OTN</b>	O salário mínimo atual é de Cz\$ 1.368,00. Ele será reajustado com o provável gatilho de 1º de maio, indo para Cz\$ 1.641,60. O MVR (Maior Valor de Referência), válido para São Paulo, é de Cz\$ 560,54. O valor oficial do OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), retroativo a 1º de abril, é de Cz\$ 207,97.
	<b>Gatilho</b>	Veja quando é preciso que a inflação tenha atingido em abril para que sua categoria profissional seja beneficiada com o gatilho em 1º de maio: categorias com data-base em janeiro (13,49%), fevereiro (10,47%), março (4,90%), abril (20%), maio (gatilho não dispara na data-base), junho (13,80%), julho (15,25%), agosto (16,61%), setembro (18,57%), outubro (0,51%), novembro (2,43%) e dezembro (5,79%).
	<b>Aluguel</b>	Os alugueis são corrigidos pela variação do OTN no período decorrido desde o último reajuste.
	<b>Casa própria</b>	Para quem possui financiamento habitacional vinculado ao salário mínimo, a prestação subirá na data prevista em contrato, conforme a variação do salário mínimo a partir de janeiro de 87 (Cz\$ 964,80). Para os que têm financiamento vinculado à OTN, a prestação subirá na data prevista em contrato, de acordo com a variação da OTN a partir de março de 87 (Cz\$ 181,61). Os que possuem equivalência salarial plena terão novo aumento dois meses após os reajustes salariais por gatilho ou na data-base. Para quem possui equivalência salarial parcial, o novo aumento só ocorrerá dois meses após o reajuste salarial na data-base.
	<b>Poupança</b>	O rendimento das cadernetas de poupança, referente ao mês de março, foi de 15,08%. Ele foi determinado pela variação da LBC (Letra do Banco Central) no mês, 14,51%, mais juros de 0,5%. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) atingiu 14,40% em março. Até junho o rendimento da poupança será corrigido pela variação da LBC ou INPC, o que for maior, mais juros de 0,5% ao mês. A partir de julho os depósitos serão corrigidos pela variação da LBC, mais juros de 0,5% ao mês.
	<b>FGTS e PIS-Pasep</b>	Esses fundos são corrigidos também pelo INPC ou LBC, o que for maior (até junho).
	<b>Imposto de Renda</b>	Já está disponível, nas agências bancárias e unidades da Receita Federal, o Documento de Opção de Compensação (DOC/IR). Esse formulário deverá ser utilizado pelos contribuintes que desejarem efetuar a compensação do saldo do imposto a pagar em 1987 com as parcelas de restituição, cujo recebimento estava previsto para 1988 e 1989. Para que a compensação seja considerada ele deve ser entregue, preenchido, até o dia 29 de maio.